

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)

GT 29: Governo, subjetividades e gestão de populações: mudanças e perspectivas
nas periferias

“Investigando percepções sobre mobilização comunitária e crime no Brasil”

Valéria Cristina de Oliveira (CEM/USP)
Corinne Davis Rodrigues (DSO/UFMG)

1. Introdução

Neste exercício, a articulação entre crime e espaço é a grande fonte de inquietação e, portanto, constitui assunto que será discutido direta ou indiretamente ao longo das páginas que se seguem. Da perspectiva teórica, o ponto de partida são os conceitos de desorganização social e, principalmente, eficácia coletiva, abordagens que se popularizaram nos Estados Unidos da América no do século XX, identificando o papel das características sociais e estruturais locais sobre o crime, o medo e a vitimização naquela área. Como o próprio nome sugere, a eficácia coletiva é um atributo comunitário que na visão de seu principal formulador, Robert Sampson, possibilita que os grupos demonstrem atuação eficaz na resolução de problemas coletivos. O modelo é um dos principais desdobramentos teóricos da Teoria da Desorganização social, construído da Escola de Chicago que entre períodos de ascensão, queda e retomada, tem se mantido vivo no campo da sociologia do crime e da criminologia.

Composta, essencialmente, por duas grandes dimensões, a coesão social (que termina por incluir a confiança interpessoal) e o controle social informal, a eficácia coletiva tenta se sustentar na valorização da capacidade de intervenção coletiva sobre questões que afetam a qualidade de vida da população local, mesmo na ausência de densos laços sociais. Isso implica que a expectativa de controle social informal ganhe, nesse contexto, papel central e seja considerada um ativo de grande valor para atuar, entre outras coisas, no contato da população com setores públicos.

Neste exercício, os dados da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), agregados a informações estruturais provenientes do Censo Demográfico IBGE 2010, foram analisados por meio de modelos estatísticos com vistas responder à seguinte questão: a eficácia coletiva, mensurada por meio da percepção individual de coesão social, confiança interpessoal e controle social informal, mantém relação com menores chances de vitimização em vizinhanças brasileiras?

Para responder a essa pergunta o estudo analisou os efeitos de diferentes indicadores de eficácia coletiva sobre as chances de vitimização na vizinhança por crimes contra o patrimônio (furtos ou roubos) e contra a pessoa (agressões simples ou graves).

2. Afinal, o que é eficácia coletiva?

A eficácia coletiva é um construto analítico com origem na sociologia do crime norte-americana concebido para representar um tipo de ativo comunitário resultante da articulação de fatores estruturais (incluindo a diversidade econômica, étnica e cultural) com relações sociais entre os moradores e desses com atores extracomunitários, como os agentes públicos do Estado. Tal abordagem resgata as contribuições da Teoria da desorganização social (SHAW & McKay, 1942), se propondo a esclarecer os mecanismos pelos quais se dá a relação entre espaço urbano e crime, a qual seria mediada pela qualidade do tecido social na vizinhança, essa esfera intermediária entre o espaço privado e o macroestrutural. Para avançar nesta direção, a literatura que discute eficácia coletiva (SAMPSON, & GROOVES, 1989; SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS, 1997) e, mais tarde analisa os chamados efeitos de vizinhança ou *neighborhood effects* (SAMPSON, 2012), baseia-se na inovação metodológica trazida pelo emprego de novas técnicas de coleta de dados¹, como as pesquisas amostrais, as quais viabilizaram a inserção de outras dimensões explicativas importantes para descrever esse atributo comunitário, como a caracterização da percepção dos moradores sobre os laços sociais estabelecidos com vizinhos (SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS, 1997).

Em síntese, segundo essa perspectiva, uma comunidade com elevado grau de eficácia coletiva é aquela que demonstra grande capacidade de se organizar em momentos específicos para solucionar problemas comuns. É possível que esse problema esteja ligado ao crime nas ruas da vizinhança, mas ele também pode sinalizar uma demanda por melhores condições de infraestrutura, qualidade dos serviços urbanos, mobilidade e tantas outras questões que interferem na qualidade de vida da população. O fundamental mesmo é que haja na comunidade uma expectativa de que, quando necessário, haverá adesão do grupo a iniciativas de intervenção, mesmo na ausência de laços sociais fortes (GRANOVETTER, 1973), representados por intensas relações de amizade baseadas em trocas frequentes de favores e contato interpessoal.

¹ A pesquisa de Shaw & McKay (1942) lançou mão de registros oficiais do sistema de justiça juvenil norteamericano para mensurar a criminalidade local e de dados estruturais de renda, tempo de moradia e composição racial ou étnica da vizinhança como medidas aproximadas dos níveis de desorganização social. Contudo, para o seu argumento, tão importante quanto as condições socioeconômicas objetivas eram as formas como elas condicionavam a organização social local e, para essa dimensão, ainda havia poucas fontes de informação consolidadas para o período de abrangência da pesquisa.

Um dos importantes pilares do modelo da desorganização social é a existência de uma densa rede de relações sociais comunitárias. De acordo com essa proposta, a partir da formação desses laços sociais a comunidade é capaz de reproduzir valores de conformidade à norma e, assim, exercer controle social. Ainda que essa não seja uma medida avaliada diretamente pela proposta empírica, devido à limitação dos dados disponíveis, a noção de que comunidades desorganizadas possuem um tecido social mais esgarçado é o que sustentava os argumentos de Shaw e McKay, já em 1942 (SHAW & MCKAY, 1942).

Os estudos que embasaram a noção de eficácia coletiva identificam essa com uma das principais dificuldades em replicar o modelo da desorganização social, afinal, Shaw & McKay (1942) suporiam o compartilhamento de valores na área e a existência de coesão social como condições indispensáveis à disposição para intervir de maneira coletiva sobre questões locais (SAMPSON, 2012). Há comunidades muito densas, com fortes laços sociais entre os indivíduos que lançam mão dessa solidariedade para proteger a própria atividade criminosa local. A proposta de Sampson apoia-se na premissa de que mais importante que fortes laços sociais é a expectativa de que aquele grupo possa ser acionado nos momentos de necessidade. Dessa forma, por meio da expectativa, além da coesão, o autor valoriza a confiança como elemento a condicionar a disposição para exercer controle social.

Claramente, o viés socioeconômico que permeou a discussão de Shaw & McKay (1942) ainda está presente no argumento da eficácia, posto que apontam a sobreposição entre os indicadores de desvantagem econômica, composição racial e crime (SAMPSON & WILSON, 1995). Em países em desenvolvimento, como o Brasil, é também sabido que áreas onde a população está mais exposta à privação econômica, a condições inadequadas de infraestrutura urbana, situações recorrentes de violação de direitos de crianças e adolescentes e/ou à baixa escolarização, citando apenas alguns aspectos usualmente incluídos na discussão sobre vulnerabilidade social (BRONZO, 2005), também tendem a apresentar elevados índices de criminalidade violenta e uma rede de laços sociais mais densa e local (CERDÁ, MORENOFF et al (2008), VILLARREAL & SILVA, 2006).

Contudo, quando comparada à desorganização social, a abordagem da eficácia coletiva abre alguma brecha para a mudança. Isso ocorre na medida em que ela reconhece a possibilidade de que intervenções que afetem espaços públicos sejam alcançadas mediante o engajamento, mesmo em situações de vulnerabilidade social. O investimento na

formação de vínculos que relacionem não apenas os moradores, mas que ofereçam possibilidades de comunicação com o poder público e outras instituições capazes de auxiliar no exercício do controle social seriam elementos de destaque para que comunidades com baixo nível socioeconômico alcançassem mais qualidade de vida para seus moradores por meio do envolvimento em ações de natureza coletiva.

Apesar de coesão social e controle social informal serem dimensões do mesmo ativo (eficácia coletiva), a abordagem atribui maior influência da expectativa de intervenção do grupo sobre o bem-estar da comunidade em detrimento dos laços sociais (SAMPSON et al, 1999; SAMPSON, 2012). A coesão social parece oferecer uma base para o desenvolvimento de articulação e engajamento, mas não é condição sem a qual não ocorrem a mobilização ou a intervenção. Os laços sociais são apresentados na abordagem da eficácia coletiva como inseridos em uma espécie de sistema de compensação em que a alegada dificuldade das sociedades urbanas contemporâneas em se manter relações sociais intensas e territorialmente localizadas pudesse ser superada pela construção de ligações com atores-chave (locais ou não) para a mobilização.

Observando esse tipo de construção fica clara a influência do trabalho de Mark Granovetter (1973), o qual afirmou a relevância dos chamados laços fracos para a captação de informações novas e relevantes para uma rede de atores sociais. Analisando a circulação de informações no mercado de trabalho, o autor verificou que em uma densa rede de relações íntimas os laços fortes são predominantes e, portanto, como consequência, todos dispõem de informações semelhantes. Quando alguns dos elementos dessa rede mantêm contatos externos, ainda que esses sejam de baixa intensidade (laços fracos), é aberto um canal de circulação de informações novas para a rede, ampliando as chances de inserção no mercado de trabalho. Mais informação implica mais oportunidades: de ampliar a empregabilidade, de atrair para a comunidade projetos sociais ou de conseguir a instalação de um posto policial naquela área e não em outra com menos conexões externas (GRANOVETTER, 1973).

A noção de eficácia coletiva compartilha com os conceitos de laços fracos a hipótese de que a capacidade e a disposição para se ocupar dos problemas comuns não dependem tanto da coesão social. Saber mobilizar contatos externos e conhecer os canais de comunicação que ligam o bairro ao poder público parecem ser fatores mais importantes para

que a comunidade seja eficaz na promoção de autorregulação (SAMPSON, 2012). Mas, a questão que se coloca é, se o próprio modelo assume a possibilidade de que coesão social e controle social informal não se desenvolvam sempre da mesma forma em comunidades, é possível atribuir aos mesmos a participação em um único construto teórico ou metodológico? O pressuposto do progressivo enfraquecimento dos laços sociais por meio da redução das interações face-a-face pode representar a ausência de capacidade explicativa da coesão social sobre fatores como a criminalidade e outros fenômenos que afetam a qualidade de vida da população? Esse parece ser um dos grandes desafios ao potencial explicativo da abordagem da eficácia coletiva: comprovar que apesar de ser o resultado da articulação de fenômenos distintos, a construção de uma densa rede de relações sociais por um lado e, por outro, a manutenção de um senso de pertença a um coletivo capaz de se mobilizar em direção a objetivos comuns.

3. Dados e Metodologia

O trabalho utiliza dados da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização, levada a campo a partir de junho/2010, por meio de uma parceria entre o Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), o instituto de pesquisas Data Folha e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG).

Trata-se de um *survey* probabilístico de caráter domiciliar, do qual participaram do universo de análise moradores de municípios com mais de 15.000 habitantes, com idade superior a 16 anos. A amostragem foi estratificada e realizada em 04 (quatro) estágios, obedecendo, entre outros fatores, à classificação das 26 “Regiões de Vitimização” definidas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com aleatoriedade mantida até o nível de domicílio e totalizando 78.008 entrevistas.

3.1. Estratégia de Análise: Vitimização e eficácia coletiva

Neste trabalho a proposta é analisar as conexões entre os indicadores de *coesão social*² e o *controle social informal*, assumindo que eles podem não ser equivalentes e que,

² Segundo a proposta da abordagem da Eficácia Coletiva, o conceito estrutura-se em torno de dois grandes eixos, a coesão social e a expectativa de controle social informal (SAMPSON, 2012. p. 152). A Confiança Interpessoal compõe a dimensão da coesão social no modelo teórico e neste trabalho também foi utilizada para a construção dos indicadores de *Eficácia Coletiva* e *coesão social*. Por isso, para proporcionar fluidez ao texto e manter a correspondência com a literatura, a partir daqui a referência à coesão social já terá implícita a presença do elemento da confiança.

portanto, a construção de um indicador geral de Eficácia pode esconder interessantes particularidades dos padrões de organização das vizinhanças brasileiras.

Assim, por meio do uso do software de análise estatística Stata versão 14.0, para cada um dos 02 (dois) grupos de crime, contra o patrimônio (furtos e roubos) e contra a pessoa (agressões simples e graves), foram ajustados dois modelos básicos de regressão hierárquica logística binária. Na sequência, com vistas a analisar os efeitos das medidas coesão e controle social sobre a vitimização por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio ajustaram-se modelos específicos a partir de uma série de variáveis individuais e de vizinhança (contextuais) como controle. Os destaques entre as variáveis independentes são a *Percepção de Risco de Vitimização e Avaliação Negativa da Polícia Militar*, no nível individual e outras três variáveis de vulnerabilidade social no setor censitário, a saber, a *Vulnerabilidade Sociodemográfica*, *Vulnerabilidade Estrutural Domiciliar* (ou *Déficit de Saneamento*) e uma variável binária que indica os setores censitários localizados em aglomerados subnormais³ (*Favela*).

Como outras variáveis de controle foram incluídas as características sociodemográficas (sexo, raça, idade e nível socioeconômico), percepção sobre desordem física e social na vizinhança, região do país, natureza administrativa e indicadores de estilo de vida e atividades de rotina. Entre as variáveis contextuais, próprias do setor censitário e correspondentes a vizinhanças, estão as medidas estruturais dos setores censitários provenientes do Censo IBGE 2010. Questões como a identificação de setores subnormais, a renda média domiciliar per capita e outras contribuem para a caracterização socioeconômica e sociodemográfica dos setores no país.

3.2. Construção do Indicador de Eficácia Coletiva

Como sugere toda a discussão elaborada anteriormente, o atributo da eficácia coletiva, quando se manifesta, é resultado da interação entre 03 (três) dimensões: a coesão social, a confiança interpessoal e a capacidade de exercer controle social informal. A operacionalização desse conceito, por sua vez, ganha nuances particulares dadas as

³ Setores especiais em aglomerados subnormais são definidos pelo IBGE em sua *home page* como “diversos tipos de assentamentos irregulares existentes no País, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros”

Ver: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm

limitações pertinentes à própria metodologia de *survey* – usualmente utilizada na construção de análises da criminologia, berço da própria definição. A primeira questão refere-se à construção das perguntas, a fim de que elas reflitam por meio de uma série de observações individuais uma característica própria do grupo – vizinhança a que pertence aquele indivíduo. A segunda diz respeito aos níveis de agregação ou representatividade da pesquisa, que idealmente deve fazer referência a essa unidade de análise específica, a comunidade ou vizinhança.

Em relação às perguntas, fonte do primeiro desafio, neste exercício, os indicadores de eficácia coletiva foram construídos de maneira a se aproximar ao máximo daqueles propostos originalmente por Sampson *et al* (1997), a partir das medidas do *survey* em comunidades do PHDCN. Para tal, foram selecionadas, na PNV, as variáveis que já haviam sido construídas, de maneira a dialogar com as medidas internacionais acerca de vizinhança, portanto, a *coesão social* e a *Confiança Interpessoal* foram avaliadas por meio de questões sobre a posição dos entrevistados acerca de ao menos 05 (cinco) enunciados, também utilizados na pesquisa de Chicago. Os entrevistadores perguntaram se "As pessoas daqui são dispostas a ajudar os seus vizinhos" (p146a), "As pessoas nesta vizinhança são muito unidas" (p146b), " Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança" (p146c), "Em geral, as pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras "(p146d) e se " Em geral, as pessoas nesta vizinhança não compartilham os mesmos interesses, objetivos e valores "(p146e).

A dimensão *controle social informal* foi medida por uma questão relacionada com a expectativa de ação em algumas tarefas comunitárias específicas. Literalmente, a pergunta no questionário era " Pensando na sua vizinhança, o (a) Sr. (a) diria que pode contar com seus vizinhos para tomar alguma providência" diante de alguns problemas a respeito do comportamento dos jovens. As tarefas ou problemas foram descritos como " Observar jovens matando aula e ficando à toa na rua " (p145a); "Observar jovens depredando prédios " (p145b); " Observar jovens faltando com respeito a um adulto" (p145c); "Observar uma briga que começou na frente da sua casa" (p.145d).

A primeira estratégia para a construção do índice geral foi a utilização da técnica de análise fatorial⁴, segundo o método das componentes principais, o qual agrega um conjunto de variáveis em grupos a partir de uma matriz de correlação amostral (MINGOTI, 2005). Para este modelo, as variáveis correspondentes às dimensões da eficácia coletiva foram recodificadas, de maneira a indicar maiores níveis de coesão, controle e confiança e, posteriormente, foram incluídas em um modelo de análise multivariada fatorial.

A tentativa não se mostrou eficaz no sentido de produzir uma medida geral de eficácia, a julgar pelo fato de que, ao contrário de 01 (um), foram gerados 03 (três) fatores. Portanto, o primeiro fator é mais influenciado pelas medidas de controle social informal, o segundo expressa de maneira mais intensa a confiança interpessoal, a disposição para ajudar e a união entre vizinhos e, finalmente, o terceiro está relacionado à percepção de que os vizinhos se dão bem uns com outros e compartilham interesses, objetivos e valores.

Diante dessas questões, com base na justificativa teórica e no resultado do Alpha de Cronbach⁵ superior a 0.8, optou-se por adotar uma estratégia alternativa para a construção dos indicadores de eficácia coletiva. A primeira parte desta estratégia consistiu em eliminar do cálculo do indicador final as variáveis p146c e p146d devido à redação das afirmativas no questionário. Observe que se tratavam de questões com um duplo negativo, ou seja, o entrevistado era chamado a discordar ou não acerca de afirmativas que eram na verdade negações (“as pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras” e “as pessoas nesta vizinhança não compartilham os mesmos interesses, objetivos e valores”). Possivelmente, o formato desses itens gerou mal entendimento do sentido da pergunta, o que pode ter contribuído para que tenham convergido para um fator à parte na análise das componentes principais.

Além disso, optou-se pela utilização de dois construtos separadamente, a *coesão social* (incluindo a medida de confiança institucional) e o *controle social informal*. Ambas as

⁴ A análise fatorial tem o objetivo de reduzir os dados construindo uma única medida capaz de sintetizar as variáveis e consiste em uma eficiente técnica para identificar dimensões latentes entre variáveis distintas, substituindo as variáveis originais por *scores* padronizados para cada dimensão. A análise origina fatores para os quais algumas variáveis apresentam maior correlação, identificando aí uma dimensão latente. O software apresenta informações sobre a porção da variância total explicada pelo fator gerado, calculando tantos fatores quantos forem as dimensões presentes entre as variáveis daquele grupo, partindo daquele com maior variância explicada para o de menor (Hair, 2005).

⁵ O Alpha de Cronbach é uma medida de consistência interna de escalas e é amplamente utilizado para verificar a consistência de índices criados a partir da redução de duas ou mais questões. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que valores mais elevados indicam cada vez mais próximas aquelas variáveis estão como grupo.

dimensões serão tratadas como medidas de *percepção* individual de coesão social e *expectativa* de controle social informal.

Para atribuir mais rigor à construção das variáveis de teste, ainda propusemos a recodificação de três das sete medidas eficácia coletiva, a saber aquelas de controle social informal. O objetivo foi reduzir os possíveis impactos da construção de medidas a partir de uma escala que, segundo o proposto originalmente no questionário da PNV, não poderia ser classificada como ordinal (do tipo *likert*), a julgar pela presença de categorias intermediárias que não se configuram de maneira evidente como indicando uma gradação.

Para a construção das medidas finais de coesão social e controle social informal, considerando as particularidades da escala das variáveis que compõem esta última, em função do modelo não claramente ordenado das alternativas de resposta, procedeu-se à utilização da Teoria da Resposta ao Item (TRI).

Tabela 1 – Recodificação das variáveis de eficácia coletiva

Item	Descrição	Categorias Originais	Categorias Recodificadas
p145a	Observar jovens matando aula e ficando à toa na rua	(1) Sim (2) Talvez (3) Nem sim, nem não (4) Provavelmente não (5) Não (99) Não Sabe/Não Lembra	(1) Não
P145b	Observar jovens depredando prédios		(2) Provavelmente Não
P145c	Observar jovens faltando com respeito a um adulto		(3) Talvez+ Nem sim, nem não + Não Sabe
P145d	Observar uma briga que começou na frente da sua casa		(4) Sim
P146a	As pessoas daqui são dispostas a ajudar os seus vizinhos	(1) Concorda totalmente (2) Concorda em parte (3) Não concorda nem discorda (4) Discorda em parte (5) Discorda totalmente (99) Não Sabe/Não Lembra	(1) Discorda totalmente
P146b	As pessoas nesta vizinhança são muito unidas		(2) Discorda em parte
P146c	Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança		(3) Não concorda nem discorda + Não Sabe
			(4) Concorda em parte
			(5) Concorda totalmente

Fonte: PNV 2010-2012

Com ampla utilização para pesquisas na área de educação, a TRI é amplamente utilizada na construção de avaliações escolares (conteúdo e notas finais). Ao contrário da Teoria Clássica dos Testes, a TRI se baseia na hipótese de que a nota dos alunos em uma prova é resultado dos diferentes graus de *habilidade* dos estudantes e das variações em

relação à *difficuldade* das questões. Em função disso, a *nota* final deve considerar essas dificuldades para estimar com mais rigor o nível de conhecimento do aluno.

Em nosso exemplo, a TRI auxilia na construção de medidas de percepção de coesão social e da expectativa de exercício de controle social considerando as diferenças quanto ao peso de cada item (em termos de capacidade de discriminação e frequência de respostas) para a variável final⁶. Portanto, o processo envolve duas estimações: a dos parâmetros dos itens (b) e dos escores da variável latente (θ) (FLETCHER, 1998). A tal dimensão latente pode ser utilizada como um indicador síntese que seja mais sensível às características de cada item.

Neste trabalho, cada uma das sete medidas de eficácia coletiva, agregadas segundo as dimensões da coesão e controle, corresponde a um item nos dois modelos ajustados. Conforme a tabela 1, os itens de controle social informal foram tratados como variáveis ordinais de 4 pontos, enquanto os de coesão social mantiveram a métrica original (com 5 categorias de resposta). Em função disso, o modelo de TRI selecionado para estimar os parâmetros de dificuldade, discriminação e a dimensão latente, foi o chamado modelo de respostas graduadas (*Graded Response Model*), para variáveis ordenadas com mais de duas categorias de resposta e pode ser assim formalizado: (ANDRADE, TAVARES & VALLE, 2000).

$$Pr(Y_{ij} \geq k | \theta_j) = \frac{\exp\{a_i(\theta_j - b_{ik})\}}{1 + \exp\{a_i(\theta_j - b_{ik})\}} \quad \theta_j \sim N(0,1)$$

Onde a_i representa a discriminação do item i , b_{ik} is the k th ponto de corte para o item i , e θ_j é a variável latente para a pessoa j . O ponto de corte b_{ik} c pode ser considerado o grau de dificuldade em responder a categorias k ou valores mais elevados no item i .

Os valores preditos para θ_j foram salvos como novas variáveis e linearizados a partir dos valores mínimos e máximos, compondo, assim, as variáveis finais que seguem a seguinte distribuição:

⁶ Antes da construção dos indicadores de controle social informal, coesão social e realização de favores por meio da TRI procedeu-se, para fins confirmatórios, à construção análise fatorial segundo o método das componentes principais, baseada em uma matriz de correlação policórica e rotação varimax. A proposta foi avaliar em que medida as variáveis recodificadas convergem para fatores únicos e com a carga fatorial de mesmo sinal (Os resultados da análise fatorial e do processo de construção dos indicadores de coesão social e controle social informal podem ser encontrados no Apêndice B).

Tabela 2 – Descrição das variáveis de coesão social percebida e expectativa de controle social informal

	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Controle social informal	77.987	0,600723	0,322549	0	1
Coesão social	77.947	0,61769	0,262747	0	1

Fonte: PNV 2010-2012

3.3. Uma outra medida de coesão social

Grande parte das discussões a respeito dos efeitos de vizinhança nos testes das abordagens derivadas da Teoria da desorganização social no Brasil está sustentada na identificação de uma associação diferenciada entre as medidas de coesão social e crime no país. Na vanguarda dos estudos de vizinhança fora do cenário norte americano, Villarreal e Silva (2006) apontaram esse paradoxo que foi posteriormente identificado em outros exercícios, como o de Rodrigues (2006). Naquela ocasião, as medidas disponíveis para a análise da coesão ou integração social estavam baseadas na reportagem de troca de favores e na frequência de contato entre vizinhos.

Observa-se, contudo, que tais questões revelam outras nuances comunitárias, as quais podem indicar dinâmicas diferentes quando comparadas aos indicadores de coesão enunciados pela abordagem tradicional da eficácia coletiva. As perguntas que fundamentam a dimensão da coesão social no indicador de eficácia, proposto por Robert Sampson e colegas, informam mais sobre um sentimento ou uma expectativa em relação à comunidade, do que necessariamente, acerca de ações postas em prática na relação entre vizinhos. Afirmar que se dá bem com o morador ao lado parece bem diferente – e menos direto – que informar que realiza visitas à sua casa regularmente.

Infelizmente, a PNV não dispõe da mesma bateria de questões a respeito da frequência de contatos entre vizinhos e, tampouco, medidas como o número de amigos na vizinhança, a qual também poderia ser uma interessante fonte de informações sobre proximidade na vizinhança. Porém, há perguntas sobre a frequência com que vizinhos pedem favores ao entrevistado. A análise fatorial de componentes principais foi utilizada de maneira exploratória para identificar entre os 08 enunciados aqueles que poderiam se combinar em índices e os resultados se encontram na Tabela 3. As cargas fatoriais apresentadas indicam uma clara distinção entre favores de natureza essencialmente

econômicas (Fator 2) e outros, que podem até manter conexões com demandas financeiras, mas não refletem isso de maneira direta (Fator 1).

Tabela 3 – Cargas Fatoriais resultantes de Análise Fatorial das variáveis de eficácia coletiva

Variável	Fator 1	Fator 2
Auxiliar em caso de doença ou problema de saúde	0.3752	0.6315
Pedir dinheiro emprestado	0.1106	0.8192
Pedir alimento ou objetos emprestados	0.2936	0.6923
Fazer compras a crédito com cartão, cheque ou carnê	0.1675	0.6415
Cuidar de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência, etc.)	0.5239	0.4988
Tomar conta da casa enquanto ele não está	0.8291	0.1990
Tomar conta do carro enquanto ele não está	0.8492	0.1154
Alimentar ou cuidar de algum animal doméstico	0.7691	0.2341

Fonte: Elaboração própria PNV 2010-2012

O indicador final foi construído a partir da TRI, da mesma maneira que as medidas de controle social informal e coesão. Chamado de *Realização de favores* ele varia também entre 0 e 100 e carrega apenas as variáveis que indicam suporte econômico (Fator 2), uma opção difícil, mas que respondeu à necessidade de manter certa parcimônia, com a limitação a uma das duas variáveis, e trazer ao modelo uma dimensão das relações sociais locais que ainda não estava presente em outras variáveis, a interdependência econômica.

4. Resultados: Modelos de Regressão Logística Binária

Ainda que seja inquestionável reconhecer as limitações dos modelos de regressão de efeitos fixos em relação às possibilidades de construção de análises sobre os atributos de vizinhança, a percepção dos indivíduos a respeito da coesão social, da capacidade de exercer controle social de maneira coletiva serão utilizadas como medidas da eficácia coletiva nas vizinhanças brasileiras.

Os primeiros dois modelos estatísticos ajustados dedicaram-se a estimar a probabilidade de vitimização por furto ou roubo (contra o patrimônio) e agressão (contra a pessoa) em função de características individuais, de percepção sobre a vizinhança e outras contextuais próprias dos setores censitários de moradia.

Tabela 4 — Chance de Vitimização segundo as variáveis de interesse e possíveis moderadoras (Incremento Percentual⁷)

	Contra o Patrimônio	Contra a Pessoa
Índice de coesão social percebida	-36,4%	-61,9%
Índice de Expectativa de controle social informal	-	-
Índice de realização de favores	122,4%	103,2%
Avaliação Negativa da PM	24,5%	25,6%
Percepção de Risco	19,9%	-
Favela	-	22,7%
Vulnerabilidade Sociodemográfica	-	-
Déficit de Saneamento	-	-

Fonte: PNV 2010-2012

Em relação aos indicadores de eficácia coletiva, a saber, as medidas coesão social e controle social informal, os resultados apresentados na Tabela 4 e no Apêndice A indicam que a coesão social mantém associação negativa e bastante consistente para ambos os tipos de crime, tanto os contra a pessoa quanto aqueles contra o patrimônio. Ou seja, respondentes que afirmaram residir em comunidades mais coesas, no sentido de se dar bem, compartilhar valores e confiar nos vizinhos também apresentaram menor chance de se tornar vítimas em casa ou em locais próximos de sua residência, mesmo face ao controle de outras variáveis sociodemográficas, de percepção do local de moradia e estruturais. De maneira mais exata, de acordo com o modelo ajustados⁸, a cada elevação de um ponto no índice de coesão social construído para este trabalho, a chance de vitimização por crimes contra a pessoa é reduzida em 61,9%, ao passo que para os crimes contra o patrimônio essa redução é de 36,4%

Nos Gráficos 1 e 2 estão representadas as probabilidades média de vitimização por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio para diferentes pontos da escala de coesão social. Neles, considerando o cálculo do intervalo de confiança dos coeficientes em 95%, fica evidente que se mantendo na média todas as demais variáveis nos modelos, quanto maior a percepção individual de coesão, menor a vitimização. Para os crimes de agressão, essa probabilidade passa de 0,048, para entre com 0 no índice de coesão, para 0,018

⁷ O incremento percentual foi calculado a partir de $(e^b - 1) * 100$, onde b é o coeficiente de regressão logística e e^b é a razão de chance de sucesso na variável resposta.

⁸ Para o ajuste do modelo foram realizados os testes de Hosmer e Lemeshow, para avaliar a presença de colinearidade, verificou-se os níveis do fator de inflação da variância (VIF) e o teste de Wald para avaliar a hipótese de que os coeficientes estimados seriam nulos (LONG & FREESE, 2006).

correspondente aos entrevistados cujas opiniões expressaram o maior nível de coesão social.

O mesmo acontece com a probabilidade de se tornar vítima de furto ou roubo na vizinhança, a qual tem como estimativa pontual 0,0675 para os que acreditam residir em vizinhanças muito pouco coesas (índice de coesão=0) para 0,0440 para aqueles que informaram os maiores níveis de coesão social.

Gráfico 1 - Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados

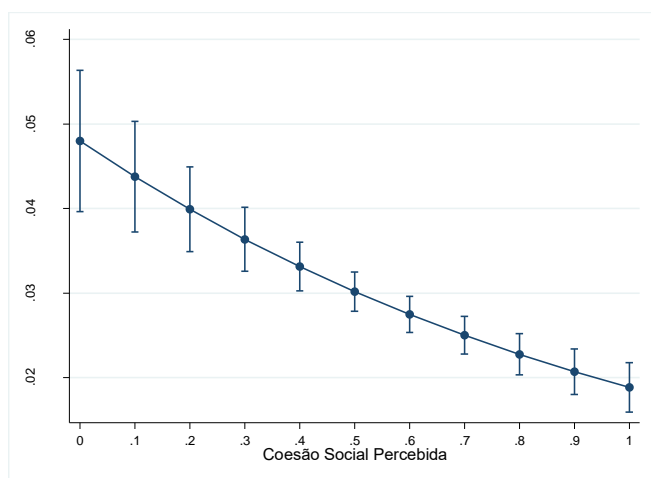
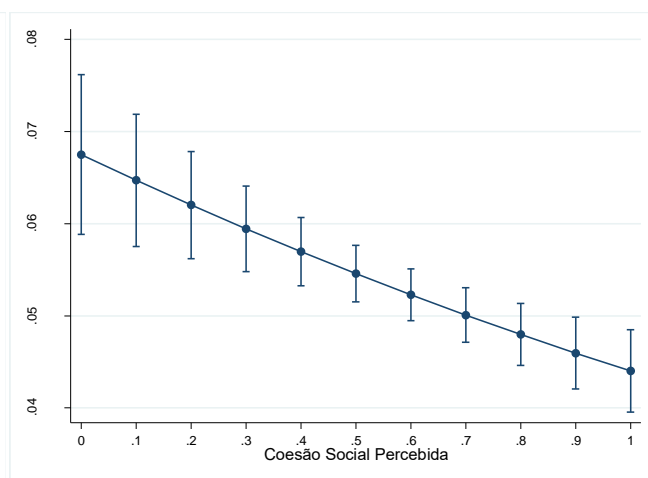


Gráfico 2 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados



Fonte: PNV 2010-2012

A percepção de maior capacidade de exercer controle social informal, não apresentou associação estatística com a vitimização criminal nos modelos finais correspondentes àqueles em que todas as variáveis selecionadas para o estudo estavam sendo controladas. A associação positiva com a chance de vitimização por furtos e roubos, apesar de identificada nos modelos III e IV do apêndice A.

Para facilitar a compreensão dos resultados relacionados à percepção de coesão social, variável de interesse com efeito estatisticamente significativo nesta etapa, os gráficos a seguir apresentarem a probabilidade média de vitimização predita. Porém, ao contrário de exibirem a probabilidade de se tornar vítima de crime em função da coesão social e considerando valores médios para todas as demais covariáveis, o fazem por meio da comparação entre um grupo de perfis definidos a partir de valores pré-determinados das medidas de controle e de moderação (Tabela 5).

Em todas as estimativas, as variáveis de controle foram mantidas na média e às variáveis potencialmente moderadoras foram atribuídos os valores possíveis para aquela informação. O objetivo foi criar situações em que os fatores que, segundo nossas hipóteses, dificultam a transformação dos laços sociais e da capacidade de intervenção em menor vitimização (moderadores), variem criando cenários menos favoráveis ao exercício de autorregulação comunitária, como indicam os perfis apresentados na tabela abaixo.

Tabela 5 – Perfis de Vitimização construídos a partir de valores fixos das variáveis de interesse e potenciais moderadoras

	Avaliação Negativa da PM	Percepção de Risco de Vitimização	Favela	Desvantagem Socio.	Déficit de Saneamento
Perfil 1	1	1	1	1	1
Perfil 2	1	Média	Média	Média	Média
Perfil 3	Média	1	Média	Média	Média
Perfil 4	Média	Média	1	Média	Média
Perfil 5	Média	Média	Média	1	Média
Perfil 6	Média	Média	Média	Média	1

Fonte: PNV 2010-2012

Assim, as probabilidades previstas de vitimização foram estimadas para variados níveis de percepção sobre coesão social na vizinhança a partir de diferentes valores de *Avaliação Negativa da PM*, *Percepção de risco*, *Favela*, *Desvantagem Socioeconômica* e *Déficit de Saneamento*, as quais, segundo as hipóteses levantadas pelos autores do paradoxo latino-americano poderiam ajudar a explicar o efeito diferenciado da coesão social sobre os crimes na região em comparação ao que ocorre nos Estados Unidos (RODRIGUES, 2006; VILLARREAL & SILVA, 2006; SILVA; 2012; CERDÁ & MORENOFF, 2008).

O primeiro cenário é aquele em que são estimadas as probabilidades médias de ser vítima de agressão e furto ou roubo na vizinhança, com as variáveis de controle fixadas na média e as moderadoras fixadas em valores que, segundo a literatura, comporiam o perfil de um entrevistado com mais chances de vitimização. Esse entrevistado, apresentaria a mais elevada percepção de risco de vitimização, teria indicado a pior avaliação da Polícia Militar, seria residente em setor censitário subnormal e com o máximo de déficit de saneamento e desvantagem sociodemográfica (Gráfico 10 e 11).

A principal informação dos gráficos é a de que, apesar do efeito significativo da variável *coesão social*, essa diferença em relação às chances se tornar vítima de crimes na

vizinhança não varia em função da crença na confiança, na união e na disposição para ajudar os outros, pelo menos isso não se comprova para as pessoas que reúnem as condições individuais estruturais mais desfavoráveis ao exercício de controle social.

Gráfico 3 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 1

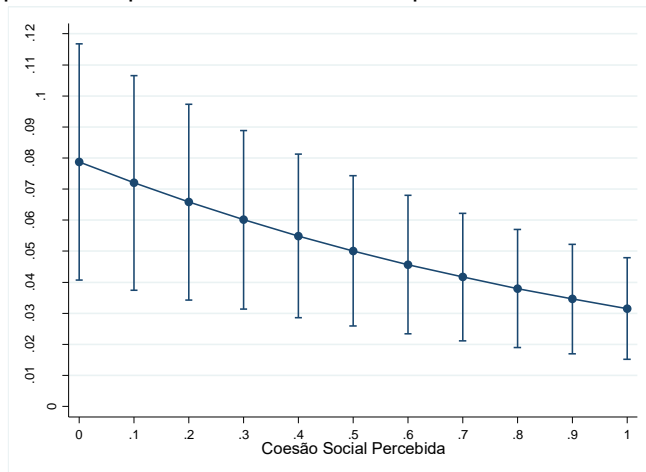
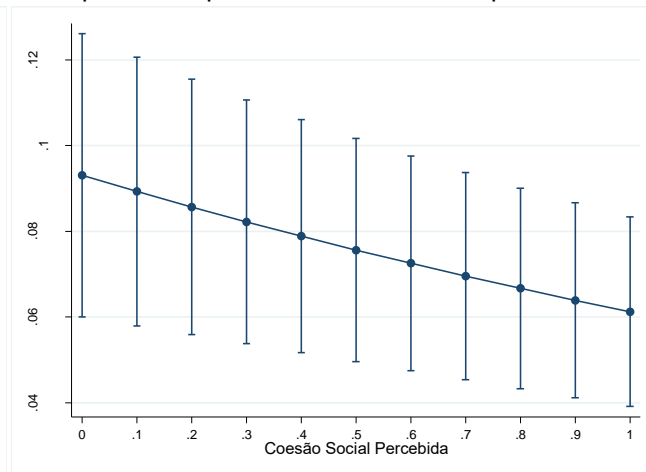


Gráfico 4 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 1



Fonte: PNV 2010-2012

Isso indica que apesar de haver elementos para rejeitar a “Hipótese do paradoxo”, uma vez que os resultados demonstraram haver associação negativa entre coesão e crime, a investigação das predições sugere que esse efeito não ocorre da mesma maneira para diferentes perfis de indivíduos. Para a população exposta a maior desvantagem, com acesso a serviços policiais de baixa efetividade, com maior medo e residentes em favelas ou aglomerados brasileiros, o efeito de coesão social é nulo.

O paradoxo latino americano da desorganização social baseia-se na observação de que a desvantagem em indicadores sociais e econômicos enfraquece a capacidade de a coesão social, tão frequente nessas áreas, tornar-se um fator de proteção das comunidades do crime e da vitimização. Apesar do efeito negativo do indicador no modelo de regressão geral, os resultados dão pistas de que essa parece ser uma hipótese plausível. A observação da probabilidade predita de vitimização para os demais perfis pode contribuir para esclarecer algumas das possíveis características que possam fazer com que haja associação negativa entre coesão social percebida e vitimização.

A série de gráficos abaixo propõe o mesmo exercício, da apresentação dos valores preditos da vitimização, mas, agora, considerando os perfis descritos na tabela 5.

A variação quanto à avaliação da atividade da Polícia Militar (Perfil 2) e da percepção de risco de vitimização (Perfil 3) indicam que existem diferenças quanto aos valores médios preditos para a vitimização por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio e, essa diminui à medida em que aumentam os valores no índice de coesão, mesmo considerando intervalo de confiança de 95% (Gráficos 12 a 13).

Gráfico 5 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 2

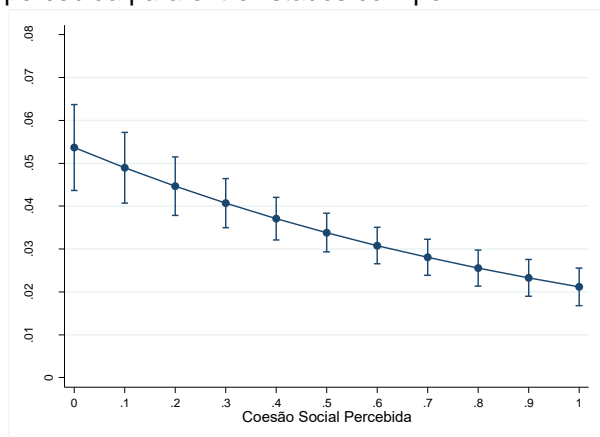


Gráfico 6 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 2

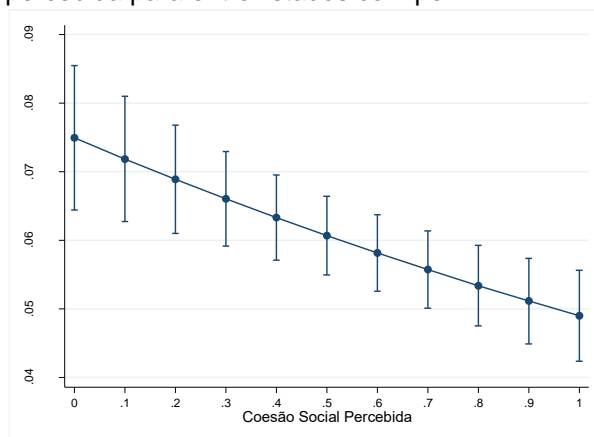


Gráfico 7 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 3

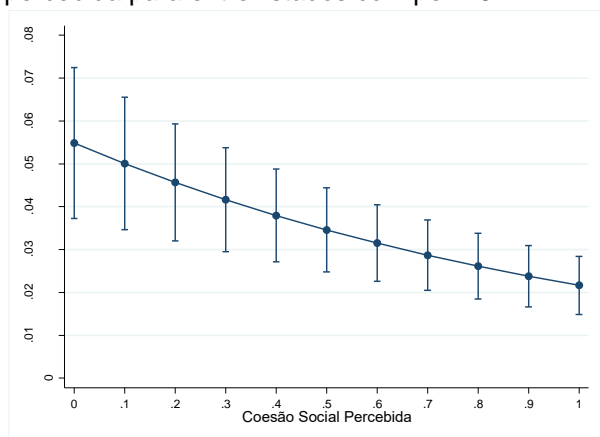
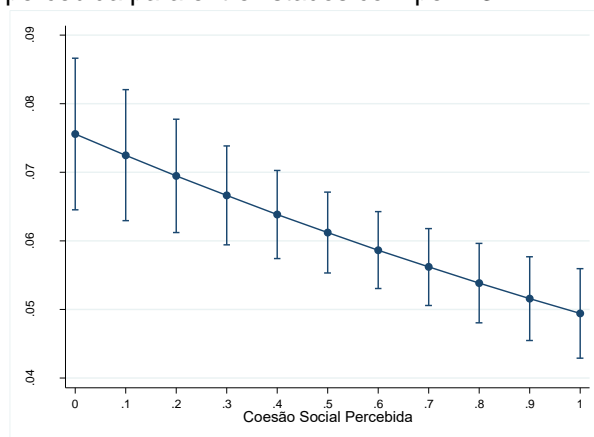


Gráfico 8 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 3



Fonte: PNV 2010-2012

Para os perfis construídos a partir da variação dos itens de natureza estrutural, a saber, o fato de residir em aglomerado, vila ou favela (setor subnormal), o índice de desvantagem sociodemográfica e o outro de déficit de saneamento, não foi possível identificar diferenças consistentes entre as probabilidades de vitimização estimadas para os

diferentes níveis de coesão tanto para crimes contra a pessoa contra o patrimônio. A exceção é a probabilidade de vitimização por crimes contra a pessoa estimada para o Perfil 4 (Morador de Favela, com as demais variáveis moderadoras médias), a qual possui intervalos de confiança para a estimativa que permitem falar em redução da probabilidade de vitimização com o aumento da percepção de laços sociais intensos (Gráfico 7).

Em síntese, o cálculo das probabilidades de vitimização por níveis variados de percepção de coesão social na vizinhança a partir dos fatores apontados pela literatura como moderadores do efeito de eficácia coletiva ou desorganização social sobre o crime na América Latina indica que: i) a coesão social estabelece associação negativa com a vitimização pelas duas categorias criminais analisadas, o que contribui para que seja inicialmente rejeitada a hipótese de que esse não é um bom preditor da vitimização, pelo menos no Brasil (hipótese do paradoxo); ii) por outro lado, diante de condições socioeconômicas de desvantagem (como a residência em setores subnormais, com elevada desvantagem socioeconômica e estrutural) as probabilidades de vitimização não parecem variar para diferentes níveis de percepção de coesão social, sendo os crimes contra a pessoa em favelas, a única exceção.

Essa última conclusão, coaduna com a hipótese do paradoxo da eficácia coletiva e da desorganização social uma vez que este se sustenta, principalmente, ao destacar as particularidades das interações sociais estabelecidas em áreas com condições extremas de privação econômica, o que também é possível supor a partir dos resultados identificados aqui. A interdependência que aumenta a densidade dos laços sociais e da capacidade associativa é considerada pelos autores a chave explicativa para o encontro de efeitos pouco consistentes encontrados em trabalhos que buscaram analisar por meio dados quantitativos o efeito da coesão social sobre o crime.

A discussão acerca do papel da interdependência e sua relação com os indicadores de privação econômica fizeram com que uma medida *proxy* desse fenômeno passasse a compor o grupo de coráveis associada às chances de vitimização no Brasil. O indicador foi criado a partir de questão relacionada a experiências em que os entrevistados fizeram favores para pessoas na sua vizinhança. O indicador, tal como a medida de coesão social apresenta associação estatística com a vitimização criminal, porém, em sentido positivo. Pessoas que afirmaram fazer mais favores para vizinhos também possuíam maior chance

de vitimização em casa ou nos arredores. Em média, um ponto a mais no índice de troca de favores representa um crescimento de 122,4% na chance de vitimização por furto ou roubo e 103,2% para as agressões, ambas ocorridas na vizinhança (Apêndice A).

Gráfico 9 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 4

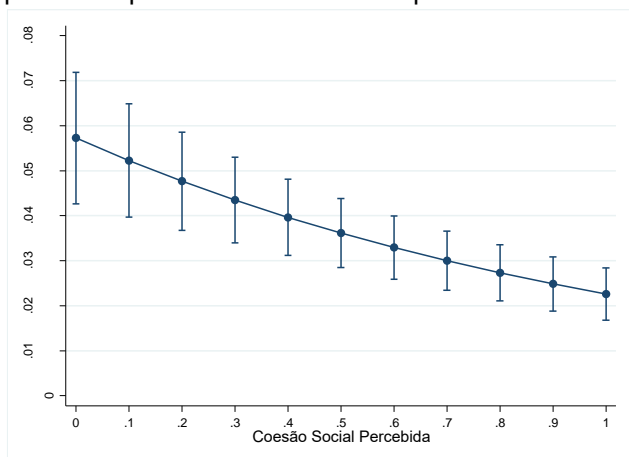


Gráfico 10 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 4

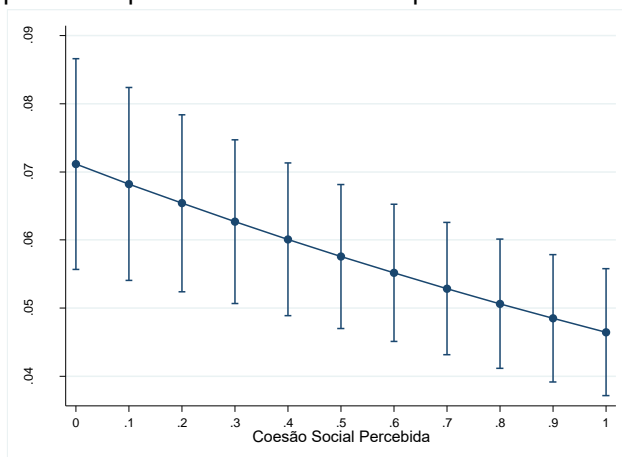


Gráfico 11 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 5

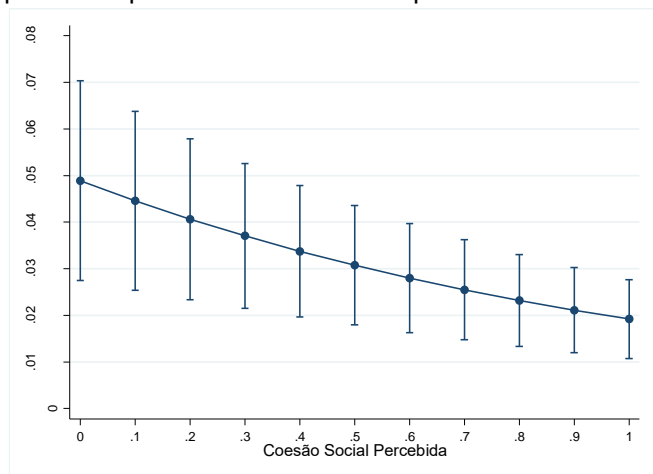
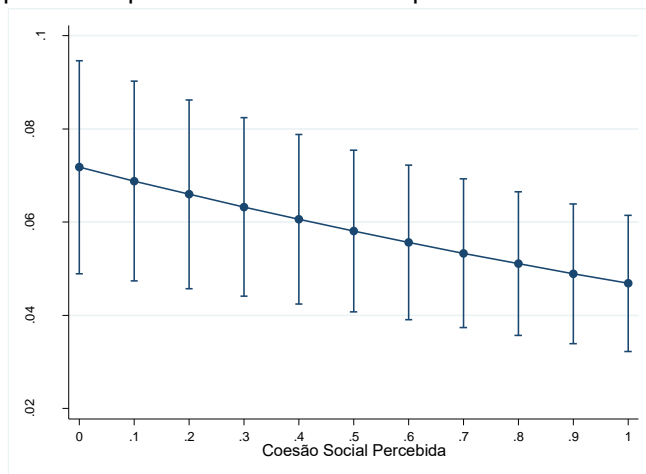


Gráfico 12 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 5



Fonte: PNV 2010-2012

A estimativa das probabilidades de vitimização a partir da média das covariáveis também indicam crescimento da vitimização para pessoas que afirmaram ter feito mais favores para moradores de residências próximas as suas (Gráfico 15 e Gráfico 16).

Gráfico 13 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 6

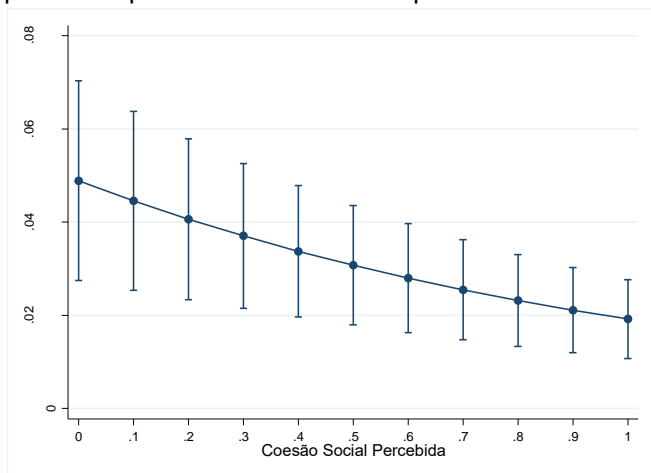
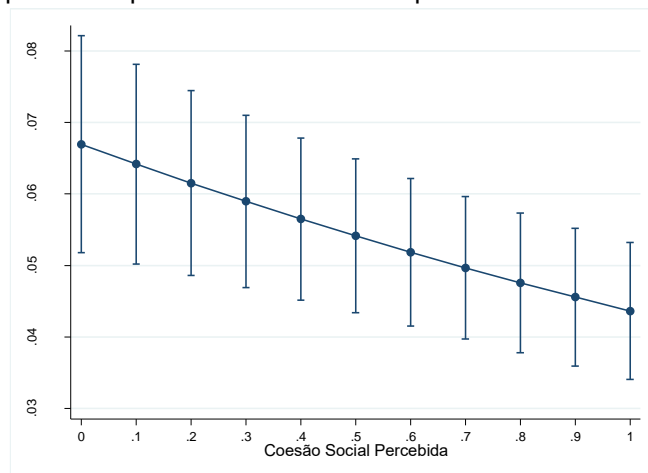


Gráfico 14 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de coesão social percebida para entrevistados com perfil 6



Fonte: PNV 2010-2012

Da análise do efeito do indicador de interdependência sobre a vitimização o que se conclui até o momento é o fato de que sua associação com a vitimização é significativa e se estabelece em oposição ao que ocorre com a coesão social medida nos termos de Sampson *et al.* (2007). Neste trabalho, se maiores níveis de coesão social percebida também foram observados entre pessoas com menores riscos de vitimização, o mesmo não ocorre com a realização de favores, a qual é nula apresenta associação positiva com o fato de o entrevistado ter sido algo de furto, roubo ou agressão na vizinhança.

Gráfico 15 – Probabilidade de Vitimização por crime contra a pessoa, segundo o nível de realização de favores aos vizinhos

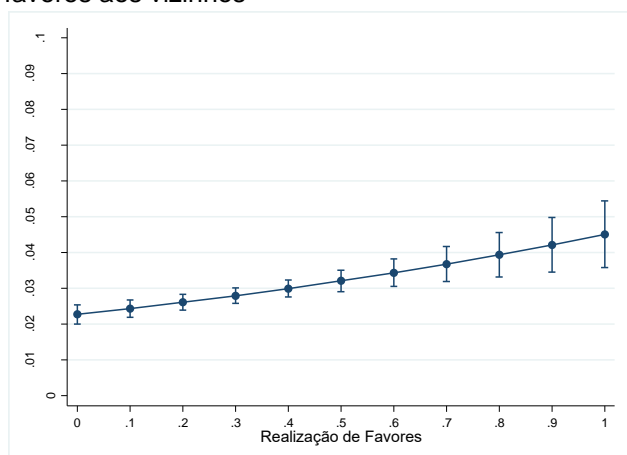
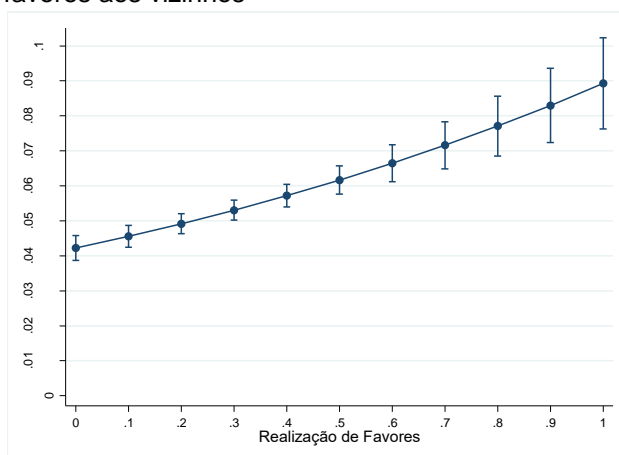


Gráfico 16 – Probabilidade de Vitimização por crime contra o patrimônio, segundo o nível de realização de favores aos vizinhos



Fonte: PNV 2010-2012

4.1. Discussão: O Paradoxo da eficácia coletiva

O objetivo deste trabalho foi discutir por meio da análise de dados quantitativos da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) os desafios à aplicação da abordagem da eficácia coletiva no Brasil. Os modelos quantitativos ajustados aqui, indicaram que no Brasil existem diferenças bem marcadas entre coesão social e controle social informal em relação à vitimização. Enquanto o último não apresentou associação estatisticamente significativa com nenhum tipo de vitimização, a coesão social se comportou tal como sugere a literatura dos estudos de vizinhança, indicando maior chance de vitimização para pessoas que informam possuir menor percepção de coesão social em seu local de residência.

O resultado surpreendeu e provocou uma inicial rejeição da Hipótese do Paradoxo Latino-Americano. Porém, o contraste entre os resultados relacionados à coesão social e à realização de favores para vizinhos oferece pistas de que os efeitos contraditórios da relação entre coesão social e crime no Brasil e em outros países da América Latina são mais intensos quando ao contrário de medidas pouco objetivas de coesão, como aquelas medidas no PHDCN e replicadas na PNV, são utilizadas questões que informam sobre uma relação de interdependência entre vizinhos (VILLARREAL & SILVA, 2006; CERDÁ, MORENOFF et al, 2008). A troca de favores sem dúvidas é muito mais comum em comunidades com elevados níveis de desvantagem socioeconômica, mas a coesão social percebida e mensurada conforme a proposta do *survey* não está tão concentrada em áreas socialmente vulneráveis, como poderia supor uma observação superficial dessas informações.

A eficácia coletiva e a desorganização social podem ser ferramentas interessantes de análise, porém, seu alcance como instrumento para investigar a criminalidade é restrito, sobretudo, porque tal como se estrutura do ponto de vista teórico, o conceito não se ocupa dos efeitos do próprio contexto social e criminal para o desenvolvimento ou enfraquecimento da eficácia. Em suma, achados deste trabalho contribuem em duas direções para a continuidade dos estudos baseados na teoria da desorganização social e as abordagens que ela deu origem, como a eficácia coletiva: a primeira é o estímulo à consolidação de estudos que desafiem e questionem a forma de elaboração do conceito; o segundo é o avanço em direção a um desenho metodológico que favoreça a expansão dos fenômenos abarcados pelo conceito.

A respeito da discussão teórica, a primeira questão que se coloca é o pressuposto, ainda que latente, de que o controle social informal resulta em boas condutas. Essa foi parte das críticas dirigidas à Shaw & McKay (1942) e certamente esta não é completamente superada nos modelos teóricos que vieram a seguir. Mesmo quando reconhece que nem sempre os valores compartilhados pela comunidade são de conformidade à lei, por exemplo, Sampson opta por chamar mais atenção sobre a perspectiva normativa do controle social informal e sobre o fato de que a maior parte das pessoas em comunidades tem como objetivo a construção de um ambiente pacífico e livre de crimes (SAMPSON & BARTUCSH, 1998).

A questão é que esse caráter normativo cria dificuldades para reconhecer formas distintas de organização social e, por consequência, de coesão social e controle social informal. Os linchamentos estão aí para provar que nem sempre uma ação comunitária coordenada acarreta resultados de paz e tolerância, mesmo que o objetivo seja enfrentar de maneira coletiva um problema, o crime cometido. Não é preciso ser uma comunidade ruim – com mais valores favoráveis ao desvio – para manifestar expressões diversas de coesão social e controle social informal.

Ao rejeitar a equivalência entre coesão social e controle social informal o trabalho ainda deixa abertas possibilidades quanto à existência de fontes distintas de coesão social conforme o tipo de dimensão acionada. Os resultados relacionados à medida de interdependência com vizinhos, a qual foi por vezes utilizada como parte do indicador de coesão social em publicações como a de Cerdá, Morenoff et al (2008) e Villarreal & Silva (2006). Vizinhos que acreditam se dar bem, serem próximos e compartilharem valores não parecem ter as mesmas chances de vitimização que vizinhos que fazem favores entre si. Esses últimos estão mais expostos à vitimização criminal de uma maneira geral, enquanto os primeiros, parecem experimentar o caráter protetivo dos laços sociais, tornando-se menos vítimas de furtos, roubos e agressões.

Por outro lado, o controle social, medido por meio da disposição para a intervenção direta para problemas de comportamento de jovens, parece fazer ainda menos sentido para as mesmas comunidades populares. Como bem apontaram Cruz (2010), Silveira (2007) e Beato & Zilli (2012), a intervenção sobre a conduta de jovens em comunidades em situação de grande concentração de desvantagens é bastante delicada. Ela envolve o medo de retaliações, a falta de apoio das forças de segurança pública oferecendo proteção em caso

de denúncias e, claro, ela aciona uma rede de relações sociais que aproxima a todos, 'moradores de bem' e jovens envolvidos com o tráfico.

Na mesma linha de discussão, aquela que sugere maior qualificação dos mecanismos pelos quais coesão social é transformada em controle social informal pró-social, autores como Wickes et al. (2013) destacam que a disposição para intervir varia em função do tipo de tarefa ou problema enfrentado pela população. Com dados sobre comunidades australianas, os autores encontram baixa correlação entre as medidas de laços sociais, coesão social e diferentes tarefas sobre as quais seria exercido controle social informal. A proposta é a observação dos efeitos de variáveis individuais e contextuais sobre a eficácia coletiva representada pela disposição para intervir em tarefas relacionadas a crimes, supervisão de jovens e questões políticas, separadamente. Os resultados indicaram, por exemplo, que o efeito de laços sociais sobre a expectativa de intervenção é menor quando o assunto é resolver problemas de crime, quando comparado a questões políticas e de jovens (WICKES ET AL, 2013). Há que se discutir melhor a respeito de que intervenção estamos falando para avaliar quais características individuais e de grupo podem favorecer essa atuação.

Discutindo a relação entre o controle social informal, laços sociais e crimes na vizinhança, Browning, Feinberg e Dietz (2004), entre outros achados, identificaram que o efeito de dissuasão da eficácia coletiva sobre a criminalidade é reduzido em comunidades com laços sociais muito densos. O argumento é o de que o capital social que ajuda a mobilização também pode estar disponível para os potenciais ofensores, por isso, comunidades com redes sociais muito densas tendem a ser menos efetivas na autorregulação que resulta em menos crimes. Essa apropriação do capital social pelos ofensores poderia se dar pela via da falta de disposição dos moradores em denunciar os atos ilícitos cometidos por pessoas com as quais mantêm vínculos. Ou, segundo os autores, pelas relações de interdependência estabelecidas entre comunidade e grupos criminosos, quando esses assumem funções como o apoio à população local em seus problemas cotidianos (BROWNING, FEINBERG & DIETZ, 2004).

Essa crítica, a respeito das relações sociais serem um entrave para o desenvolvimento de autorregulação comunitária não é nova e, tampouco exclusiva dos estudos sobre crime no Brasil. Putnam (2000) e Wilson (1987), para citar apenas dois,

destacam esse aspecto como sendo um fenômeno de destaque ao discutir os efeitos da intensidade dos laços dentro dos grupos para o controle das atividades desenvolvidas naquela região. Porém, essa relação é fundamental para entender o processo que relaciona vitimização, lugar e controle na América Latina porque ela está imbricada com a questão da grande desigualdade de recursos. Assim, se por um lado o controle social informal é baixo em regiões pobres, ele pode ser bastante elevado em regiões com maior nível socioeconômico. Nessas áreas, o controle se desenvolve, inclusive, com o maior apoio de instituições pública para a ação engajada dos moradores.

Resultados como o de Browning et al (2004) motivam a reflexão sobre a pertinência de se afirmar um paradoxo latino da eficácia coletiva ou apenas uma relação paradoxal entre coesão social e controle social informal. Paradoxo que, assim, não se limitaria aos países do cone sul, dado que o referido trabalho também utiliza informações do PHDCN sobre Chicago. Essas evidências parecem supor que a chave para a discussão está em deixar de observar o bloco conceitual da eficácia coletiva como uma única grande categoria explicativa para identificar situações em que suas dimensões podem informar sobre efeitos nem sempre positivos da integração social.

A ausência de efeito significativo do controle social sobre os crimes de agressão destaca outra faceta da relação entre vizinhanças e crime na América Latina: ou seja, a constante presença de atores institucionais ligados ao poder público fomentando essas iniciativas de controle social. Isso torna difícil a reflexão a respeito de iniciativas autônomas de controle, como tomar uma providência pessoalmente para resolver o problema de uma briga que é deflagrada nas proximidades de casa. Um chamado à central de atendimento da polícia é o ato mais comum em uma situação como essa, porém, sabe-se que a confiança em instituições como a polícia também não floresce na região. O pluralismo das violências encarnadas nas relações sociais, econômicas e políticas no Brasil e outros países latino-americanos faz com que, por vezes, essa proximidade com atores institucionais, ou pelo menos a constante demanda por sua intervenção, se dê às custas da autonomia comunitária, principalmente em bairros populares.

O risco que se corre ao discutir a eficácia coletiva em termos de redução de crimes ou melhora dos indicadores de desordem social ou física é o reforço da noção de que os bairros populares serão sempre desorganizados ou pouco eficazes, mesmo que sejam

bastante organizados e mantenham mecanismos de intervenção sobre os problemas contra os quais é possível lutar, afinal de contas, nas palavras de Penglase (2014), é preciso saber viver em comunidades no Brasil. Saber viver é identificar as brigas que vale brigar, as lutas que já não estariam perdidas de antemão e as maneiras mais adequadas de intervir, quando pertinente.

Essas estratégias se adaptam conforme o perfil do bairro. Os centrais, marcados por crimes contra o patrimônio, possuem lideranças fortes entre os comerciantes, os quais buscarão apoio das forças policiais de áreas. Bairros que abrigam as residências de moradores com mais alta renda e escolaridade, alvo de arrombamentos, por exemplo, contarão com suas associações e outros órgãos de representação para acionar o poder público e pedir a instalação de câmeras. Caso não funcione, sempre há um conhecido ou amigo de morador trabalhando nas agências de interesse. Nos bairros, vilas e favelas com grande concentração de desvantagens os grupos armados tendem a atuar com mais frequência, os homicídios também encontram ali ambiente propício para se desenvolver e a comunidade sabe quais são os problemas para os quais sua mobilização terá resposta. Projetos e programas sociais de prevenção primária, lutas por mais infraestrutura e melhoramentos urbanos e outras ações são práticas relevantes e muito frequentes nessas comunidades.

Do que foi apresentado acima é possível concluir que a conduta dos jovens envolvidos com os grupos armados dificilmente será alvo de intervenção direta da população. E, ao constatar isso, os argumentos sobre o modelo de democracias latino-americanas, com ênfase para aquele do pluralismo violento destaca porque os limites da eficácia coletiva, ainda que não exclusivamente observados nos países como México e aqueles nas Américas Central e do Sul, são observados com mais intensidade em nossa região. A violência dos grupos criminosos e das instituições de segurança pública fazem com que as comunidades se adaptem a uma configuração social também violenta. Essa é uma tendência observadas em diversas regiões de uma grande cidade, desde os bairros mais tradicionais (CALDEIRA, 2000) até as periferias urbanas (PENGLASE, 2014). A população se adapta ao medo, à desconfiança e à insegurança trazida por um cenário em que os conflitos interpessoais podem se transformar em crimes mais graves por meio da arma de fogo em posse de jovens envolvidos com crimes. Ela também muda seus hábitos quando gesto mal interpretado durante um assalto ou uma abordagem policial podem custar a própria vida. Enfim, a

violência condiciona as interações sociais e não seria diferente com os mecanismos de mobilização social e política.

Nesse ponto, a participação institucional e o apoio do poder público ganha destaque, diversificando os laços sociais e a informação em circulação em comunidades é possível lidar de maneira mais estratégica com os problemas locais e, assim, contribuir para melhorar a vida das pessoas. A grande questão é que como bem pontuaram Arias e Goldstein (2010) a violência também está presente nas instituições públicas que em muitas situações se apresentam de maneira autoritária na construção de intervenções em bairros e vizinhanças no país. O controle social informal desenvolvido nos bairros e vizinhanças brasileiras não parece obedecer ao modelo sugerido pela abordagem da eficácia coletiva, pelo menos não no sentido de reduzir o crime. A identificação dos problemas locais e a resposta oferecida a eles geralmente passa pela vinculação institucional e pela abertura de janelas de oportunidades entre a articulação comunitária e política. Isso pode atuar sobre o crime, mas, não da maneira direta como sugere a teoria.

Por outro lado, a coesão social, vista pelo viés da densidade dos laços e caracterizada tanto por interdependência quanto pela cordialidade e respeito entre vizinhos parece corresponder pouco à capacidade de controle social nesse sentido público, da intervenção sobre o que ocorre na rua. Os laços que favorecem a intervenção tendem a ser mais estratégicos e serem estabelecidos conforme demanda em momentos específicos, o que a própria teoria da eficácia coletiva já prevê. E, nesse sentido, eles não parecem muito diferentes daqueles que se desenvolvem em áreas mais ou menos bem-sucedidas economicamente. Neste modelo, moradores com uma percepção positiva acerca de suas vizinhanças tendem a apresentar menores chances de vitimização, tanto para crimes contra a pessoa quanto para crimes contra o patrimônio. A chave para a identificação do comportamento tão distinto entre os resultados internacionais e nacionais acerca da vitimização parece mesmo ser a construção de medidas que captem necessidades estruturais supridas pelas relações interpessoais, como acontece com o nosso indicador de troca de favores. Esse está relacionado de maneira intensa a moradores de área com maior privação econômica e, por conseguinte, menor capacidade de controle social informal, e mais crimes contra a pessoa.

A consequência disso é a nossa principal conclusão a respeito do paradoxo latino da eficácia coletiva. A coesão social, distribuída de maneira desigual no território e, portanto, mais expressiva em comunidades mais pobres é uma realidade. Porém, é importante destacar a diferença entre interdependência e os laços sociais de amizade e a confiança. Um fenômeno pode estar associado ao outro, ou seja, a interdependência gera vínculos sociais de afeto, por exemplo. Contudo, tais fatores não se resumem entre si e a comparação entre as medidas de coesão social e troca de favores indicaram isso. Porém, isso não é diferente em qualquer lugar do mundo e os resultados do PHDCN utilizando dados parecidos com esses, indicaram semelhante tendência (CERDÁ, MORENOFF et al 2008).

O paradoxo realmente se desenvolve nas condições para o florescer da intervenção comunitária. A diversidade socioeconômica, de demandas estruturais e a violência da criminalidade armada faz com que o controle social informal dependa de muitos outros fatores que apenas a capacidade de mobilização dos vizinhos e se manifesta a partir de problemas bem diferentes daqueles discutidos por Sampson e seus colegas. Crianças matando aula ou jovens conversando na rua não representam problemas que despertem a organização local tanto quanto a violência policial em um aglomerado de Belo Horizonte, mas podem afetar diretamente um condomínio de moradores em São Paulo. Isso faz com que ao contrário de captar organização social, o conceito tenda a, mais uma vez, captar desigualdade social, econômica e de acesso a serviços de qualidade refletida em segregação espacial. Comunidades eficazes, assim consideradas pelo nível de engajamento contra o crime e a desordem, seriam sempre as mais ricas e organizadas (no sentido de Shaw & McKay).

A saída para lidar com os paradoxos, muito menos locais e mais gerais, próprios do desenho da abordagem da eficácia coletiva, talvez seja ampliar o escopo analítico, contemplando a possibilidade de que os arranjos comunitários conduzam a mais qualidade de vida por meio de caminhos menos padronizados. Comunidades com baixo controle social informal podem se organizar para reduzir a criminalidade por meio de outras estratégias de mobilização? A apropriação do tema por outros trabalhos com disposição para discutir efeitos de vizinhança, eficácia coletiva e, em última instância, desorganização social podem contribuir para responder a tais questões.

Na perspectiva metodológica, principalmente na pesquisa quantitativa, o principal desafio talvez seja a formulação de levantamentos que sejam sensíveis às diferentes nuances da eficácia coletiva, mas principalmente, na dimensão do controle social informal. Sabe-se quão dispendiosa (do ponto de vista financeiro e de qualidade da informação) pode ser a inclusão de uma única questão em uma pesquisa amostral. Porém, são esforços válidos aqueles que buscarem problematizar tanto as tarefas sobre as quais haveria expectativa de intervenção, nos moldes de Wickes (2013), quanto os tipos de resposta comunitária ao problema. Talvez, intervir diretamente ou procurar a polícia não seja a estratégia mais utilizada por comunidades marcadas pelo medo, insegurança e um certo ceticismo legal. Mas, podem haver outras ações com maior ou menor coordenação local orientada para lidar com tais problemas.

Nesse sentido, a utilização de uma pesquisa nacional de vitimização, mesmo trazendo muitas vantagens a um desenho de investigação como este, é fonte de limitações. Isso porque a população a ser coberta é tão grande a ponto de que, mesmo com desenho representativo de setores censitários, o número de questionários aplicados nessas áreas seja muito pequeno, dificultando a construção de modelos mais elaborados como aqueles hierárquicos com mais efeitos aleatórios. O ideal seria o investimento em pesquisas nacionais regulares e em outras locais, onde possam ser investigados em detalhes efeitos como aqueles de vizinhança.

Finalmente, não apenas encerrando a discussão sobre os próximos desafios metodológicos, mas fechando o trabalho, é fundamental argumentar em favor de uma análise dos efeitos de comunidade ou vizinhança que siga em direção a problematizar a participação das características contextuais. Por muito tempo, a pergunta que norteou esses esforços foi a respeito de se haveria ou não efeitos de vizinhança sobre o fenômeno do crime. Ao que tudo indica, essa fase já se apresenta como concluída e, sim, já se sabe que o lugar conta (SHARKEY & FABER, 2014). A questão é compreender como o lugar conta e, para tal, será necessário, cada vez mais problematizar a distribuição e a interação entre categorias de análise como coesão social, controle social informal, laços sociais e eficácia coletiva. Seja pela construção de análises desenhadas por meio de novos indicadores quantitativos, da inserção de outras unidades de análise também comunitárias (como escolas) ou da articulação da perspectiva quantitativa amostral a outras metodologias como a etnografia e o levantamento de dados em redes, o caminho para a manutenção de achados

interessantes nessa área é a ampliação do campo para além de uma visão normativa e, portanto, restritiva da organização social. Caminhando em direção a um movimento que acolhe a diversidade de padrões de organização comunitária e, assim, os processos sociais, mais que uma prescrição sobre a boa comunidade, a sociologia do crime pode avançar e construir um conhecimento cada vez mais sólido em torno das comunidades e sua capacidade de contribuir para a qualidade de vida e o bem-estar de seus moradores.

5. Referências Bibliográficas

- ANDRADE, D. F.; TAVARES, H. R., VALLE, R. C. 2000. Teoria da Resposta ao Item: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística.
- ARIAS, E. D.; GOLDSTEIN, D. M. (org.) 2010. Violent Democracies in Latin America. Durham: Duke University Press.
- AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. 2010. Democracia, participação e instituições híbridas. In: AVRITZER, Leonardo (org.). Controle público e democracia. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 16-41.
- BAUMER, Eric P. 2002. "Neighborhood disadvantage and police notification by victims of violence". *Criminology*; v. 40, n. 3: 579-616.
- BEATO, C. 2012. Crime e Cidades. Ed. UFMG.
- BEATO, C.; ZILLI, L. F. 2012. "A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso". *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 27, p. 71- 88.
- BEATO, C. et al. 2001. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cad. Saúde Pública*, vol.17, no.5, p.1163-1171. ISSN 0102-311X
- BRONZO, Carla. 2005. Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- BROWNING, Christopher R., FEINBERG, SethL., DIETZ, Robert.2004. "The Paradox of Social Organization: Networks, Collective Efficacy, and Violent Crime in Urban Neighborhoods". *Social Forces*. v. 83. p: 503-534.
- BURSIK, Robert J.; GRASMICK, H.G. 1993. *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control*. New York, NY: Lexington Books.
- CERDÁ, M., MORENOFF, J., Duque, L. F. and BUKA, S. L. 2008. "The limits of collective efficacy: Investigating the influence of neighborhood context on levels of violence", Paper presented at the American Sociological Association Annual Meeting, Boston.
- COLEMAN, J. S. 1988, "Social Capital in the Creation of the Human Capital". *American Journal of Sociology*, 94, (supp.): S95 – S120.
- GRANOVETTER, Mark. S. 1973. "The Strength of Weak Ties". *American Journal of Sociology*, 78:1360-80.
- HAIR, Joseph F., Rolph E. ANDERSON, Ronald. L. TATHAM; William C. BLACK. . 2005. "Análise Multivariada de Dados". 5. ed. Porto Alegre: Bookman
- LONG, J. S. and FREESE, J. 2006. *Regression Models for Categorical and Limited Dependent Variables Using Stata*, Second Edition. College Station, TX: Stata Press.
- OLIVEIRA, V. C., Corinne Davis RODRIGUES .2013. "Desorganización, vecindarios y la intervención del control social", *Estudios Sociológicos*. n. 93 (Sep-Dec, 2013).

PENGLASE, R. B. 2014. *Living with Insecurity in a Brazilian Favela: Urban Violence and Daily Life*. New Brunswick: Rutgers University Press. 224 pp.

PUTNAM, Robert. 2000. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

RIBEIRO, L. M. L.; OLIVEIRA, V.C. 2013. "Quando o Estado é o perpetrador da violência: Uma análise das vitimizações ocasionadas pela Polícia Militar". *Latitude*, Vol. 7, nº 2, pp. 219-243.

RODRIGUES, C. D. 2006. "Civil Democracy, Perceived Risk and Safety in Brazil: an Extension of the Systemic Social Control Model". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 605.

SAMPSON, Robert J. 2012. *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. University of Chicago Press.

SAMPSON, Robert J., MORENOFF, Jeffrey D.; EARLS, Felton. 1999. "Beyond Social Capital: Spatial Dynamics of Collective Efficacy for Children". *American Sociological Review*, 64, 5: 633-60.

SAMPSON, Robert J., Willian J. WILSON. 1995. "Toward a Theory of Race, Crime and Urban Inequality" In.: CULLEN, Francis T.; AGNEW, Robert (editors) (2006). *Criminological Theory: past to present – essential readings*. Los Angeles: Roxburt Publishing Company.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. 1989. "Community Structure and Crime: Testing Social- Disorganization Theory." *American Journal of Sociology* 94: 774-802.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. 1997. "Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy". *Science*, 277, (August 15): 918-24.

SAMPSON, Robert; BARTUSCH, Dawn J. 1998. Legal cynicism and (subcultural?) tolerance of deviance: the neighborhood context of racial differences. *Law and Society Review*, n. 32: 777-804.

SHARKEY, P.; FABER, J. W. (2014) "Where, When, Why, and for Whom do residential contexts matter? Moving away from the Dichotomous understanding of neighborhood effects". *Annual Review of Sociology*. 40, p.559-579.

SHAW, C. e MCKAY, H. H.. 1942. *Juvenile Delinquency in Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.

SILVA, B. F. A. 2012. "Desorganização, Oportunidade e Crime: Uma Análise 'Ecológica' dos Homicídios em Belo Horizonte". Belo Horizonte: UFMG. 175p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, G F. ; BEATO, C. C. . 2013. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. *Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)*, v. 19, p. 118-153.

SILVEIRA, A. M. 2007. *Prevenindo homicídios: avaliação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. 278 pp. Tese de doutorado - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

VILLARREAL, Andreas; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. 2006. 'Social Cohesion, Criminal Victimization and Perceived Risk of Crime in Brazilian Neighborhoods', *Social Forces*, 84: 1725–53.

WHITE, William Foote (2005). *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, [1943]

WICKES, Rebecca, HIPP, John, SARGEANT, Elise. HOMEL, Ross. 2013. Collective Efficacy as a task specific process: Examining the relationship between social ties, neighborhood cohesion and the capacity to respond to violence, delinquency and civic problems. *American Journal of Community Psychology*, v. 52: 115-127.

Apêndice A – Modelos de Regressão Logística Binária

Coefficientes de Regressão Logística Binária da Vitimização contra a pessoa

		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Indicadores Socioeconômicos e Demográficos	Nível Socioeconômico	0.360*** (0.060)	0.367*** (0.0621)	0.364*** (0.0618)	0.386*** (0.0671)	0.265*** (0.0556)	0.276*** (0.0590)	0.276*** (0.0592)	0.329*** (0.0733)
	Não Brancos	1.092 (0.071)	1.082 (0.0708)	1.080 (0.0707)	1.036 (0.0682)	1.004 (0.0716)	0.956 (0.0696)	0.955 (0.0698)	1.056 (0.0843)
	Homem	0.836** (0.049)	0.873** (0.0523)	0.872** (0.0523)	0.887** (0.0536)	0.856** (0.0571)	0.859** (0.0587)	0.880* (0.0611)	0.821*** (0.0626)
	Solteiro	1.391** (0.081)	1.393*** (0.0814)	1.393*** (0.0815)	1.397*** (0.0826)	1.470*** (0.0985)	1.447*** (0.100)	1.442*** (0.100)	1.400*** (0.105)
	Jovem	1.815** (0.109)	1.621*** (0.0993)	1.619*** (0.0989)	1.607*** (0.0992)	1.426*** (0.0998)	1.410*** (0.103)	1.404*** (0.103)	1.554*** (0.120)
	Sul	1.156 (0.107)	1.215** (0.112)	1.216** (0.112)	1.212** (0.113)	1.122 (0.119)	1.141 (0.124)	1.153 (0.125)	1.114 (0.151)
Região do País	Nordeste	1.039 (0.076)	1.069 (0.0789)	1.070 (0.0791)	1.035 (0.0768)	0.902 (0.0756)	0.900 (0.0774)	0.896 (0.0774)	0.827* (0.0901)
	Centro-Oeste	0.863 (0.094)	0.887 (0.0976)	0.885 (0.0975)	0.901 (0.1000)	0.827 (0.101)	0.827 (0.104)	0.826 (0.104)	0.823 (0.113)
	Norte	1.762** (0.147)	1.780*** (0.149)	1.778*** (0.149)	1.730*** (0.145)	1.592*** (0.151)	1.574*** (0.153)	1.578*** (0.154)	1.434*** (0.183)
Natureza Administrativa (Ref.: Interior)	Capital	1.497** (0.095)	1.402*** (0.0899)	1.405*** (0.0901)	1.363*** (0.0880)	1.286*** (0.0895)	1.287*** (0.0924)	1.279*** (0.0921)	1.222** (0.103)
	RM	1.222** (0.104)	1.153* (0.0985)	1.153* (0.0985)	1.102 (0.0957)	1.067 (0.101)	1.045 (0.101)	1.036 (0.100)	1.026 (0.102)
Variáveis de Interesse (eficácia coletiva)	Índice de coesão social		0.302*** (0.0354)	0.293*** (0.0364)	0.272*** (0.0338)	0.403*** (0.0560)	0.435*** (0.0632)	0.445*** (0.0652)	0.381*** (0.0589)
	Índice de controle social informal			1.066 (0.103)	0.958 (0.0928)	0.927 (0.0986)	0.958 (0.104)	0.944 (0.102)	0.921 (0.109)
	Índice de Troca de Favores				2.437*** (0.300)	1.897*** (0.265)	1.941*** (0.277)	1.944*** (0.278)	2.032*** (0.306)

Coeficientes de Regressão Logística Binária da Vitimização contra a pessoa

		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Exposição ao risco e Medidas de Prevenção contra a Vitimização	Atividades Externas					1.854*** (0.286)	1.731*** (0.274)	1.700*** (0.270)	1.542** (0.269)
	Medidas de Proteção					1.497*** (0.165)	1.472*** (0.166)	1.412*** (0.163)	1.644*** (0.206)
Caracterização da Vizinhança	Tempo na Vizinhança (Meses)					0.999*** (0.000240)	0.999*** (0.000248)	0.999*** (0.000248)	0.999** (0.000273)
	Percepção de Desordem Social					1.939*** (0.211)	1.877*** (0.209)	1.830*** (0.204)	1.994*** (0.249)
	Percepção de Desordem Física					2.186*** (0.295)	2.226*** (0.309)	2.220*** (0.309)	1.883*** (0.283)
	Percepção de Ausência de Serviços					1.890*** (0.449)	1.566* (0.388)	1.541* (0.383)	1.281 (0.354)
	% domicílios não próprios					1.000 (0.00194)	1.000 (0.00198)	1.000 (0.00199)	1.000 (0.00261)
	% domicílios com jovens mortos					0.996 (0.177)	0.996 (0.182)	1.010 (0.185)	1.058 (0.209)
	Avaliação Negativa da PM						1.356*** (0.151)	1.362*** (0.152)	1.256* (0.151)
	Percepção de Risco							1.180** (0.0962)	1.100 (0.0997)
Variáveis teste do Efeito Moderador	Favela								1.227* (0.142)
	Vulnerabilidade Sociodemográfica								1.034 (0.397)
	Vulnerabilidade da residência								1.187 (0.211)
Constante		0.0228*** (0.00204)	0.0463*** (0.00527)	0.0456*** (0.00535)	0.0403*** (0.00483)	0.0187*** (0.00384)	0.0177*** (0.00379)	0.0171*** (0.00369)	0.0166*** (0.00488)
		71,883	71,831	71,813	70,886	58,211	53,104	52,666	43,349

Fonte: PNV 2010-2012 () Erro Padrão *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Coefficientes de Regressão Logística Binária da Vitimização contra o patrimônio

		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Indicadores Socioeconômicos e Demográficos	Nível Socioeconômico	1.782*** (0.191)	1.772*** (0.190)	1.727*** (0.186)	1.888*** (0.205)	1.560*** (0.208)	1.415** (0.200)	1.427** (0.202)	1.548*** (0.247)
	Não Brancos	1.128*** (0.0520)	1.123** (0.0517)	1.119** (0.0516)	1.079 (0.0500)	1.054 (0.0541)	1.047 (0.0560)	1.042 (0.0558)	1.048 (0.0617)
	Homem	0.785*** (0.0335)	0.798*** (0.0341)	0.796*** (0.0340)	0.805*** (0.0345)	0.822*** (0.0391)	0.826*** (0.0408)	0.838*** (0.0418)	0.846*** (0.0452)
	Solteiro	1.021 (0.0435)	1.020 (0.0435)	1.020 (0.0435)	1.023 (0.0439)	1.064 (0.0518)	1.044 (0.0532)	1.041 (0.0534)	1.062 (0.0568)
	Jovem	1.124*** (0.0485)	1.061 (0.0462)	1.057 (0.0460)	1.042 (0.0454)	1.029 (0.0516)	1.034 (0.0542)	1.030 (0.0543)	1.028 (0.0575)
	Sul	1.182*** (0.0743)	1.210*** (0.0763)	1.212*** (0.0764)	1.211*** (0.0770)	1.194** (0.0899)	1.174** (0.0923)	1.173** (0.0925)	1.366*** (0.129)
Região do País (Ref.: Sudeste)	Nordeste	1.319*** (0.0725)	1.336*** (0.0735)	1.341*** (0.0738)	1.305*** (0.0721)	1.159** (0.0711)	1.133** (0.0719)	1.131* (0.0721)	1.170* (0.0998)
	Centro-Oeste	1.321*** (0.0947)	1.340*** (0.0961)	1.334*** (0.0957)	1.378*** (0.0988)	1.300*** (0.104)	1.255*** (0.106)	1.267*** (0.107)	1.274** (0.124)
	Norte	2.319*** (0.143)	2.331*** (0.144)	2.323*** (0.144)	2.240*** (0.139)	2.063*** (0.145)	2.019*** (0.147)	2.032*** (0.148)	2.081*** (0.210)
Natureza Administrativa (Ref.: Interior)	Capital	0.890** (0.0426)	0.859*** (0.0412)	0.865*** (0.0416)	0.834*** (0.0398)	0.769*** (0.0404)	0.770*** (0.0419)	0.762*** (0.0417)	0.793*** (0.0494)
	RM	0.796*** (0.0548)	0.771*** (0.0533)	0.773*** (0.0534)	0.740*** (0.0506)	0.698*** (0.0537)	0.696*** (0.0558)	0.690*** (0.0557)	0.676*** (0.0528)
Variáveis de Interesse (eficácia coletiva)	Índice de coesão social		0.530*** (0.0428)	0.470*** (0.0407)	0.427*** (0.0372)	0.523*** (0.0511)	0.571*** (0.0588)	0.588*** (0.0611)	0.636*** (0.0698)
	Índice de controle social informal			1.280*** (0.0889)	1.142* (0.0801)	1.124 (0.0867)	1.069 (0.0856)	1.068 (0.0858)	1.140 (0.0994)
	Índice de Troca de Favores				2.561*** (0.230)	2.229*** (0.223)	2.281*** (0.239)	2.227*** (0.234)	2.224*** (0.247)
Exposição ao risco e Medidas de Prevenção contra a	Atividades Externas					1.319** (0.148)	1.339** (0.155)	1.331** (0.154)	1.182 (0.155)
	Medidas de Proteção					1.469*** (0.117)	1.460*** (0.121)	1.377*** (0.114)	1.553*** (0.138)
Caracterização da Vizinhança	Tempo na Vizinhança (Meses)					1.000* (0.000157)	1.000* (0.000164)	1.000 (0.000164)	1.000 (0.000174)
	Percepção de Desordem Social					1.738*** (0.148)	1.731*** (0.153)	1.707*** (0.152)	1.768*** (0.164)

Coeficientes de Regressão Logística Binária da Vitimização contra o patrimônio

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Percepção de Desordem Física					1.525***	1.513***	1.485***	1.375***
					(0.146)	(0.153)	(0.152)	(0.145)
Percepção de Ausência de Serviços					1.265	1.068	1.073	1.294
					(0.222)	(0.201)	(0.203)	(0.256)
% domicílios não próprios					1.000	1.000	1.001	1.003
					(0.00131)	(0.00137)	(0.00138)	(0.00183)
% domicílios com jovens mortos					1.219	1.223	1.210	1.238
					(0.148)	(0.153)	(0.152)	(0.166)
Avaliação Negativa da PM						1.274***	1.272***	1.245***
						(0.105)	(0.106)	(0.104)
Percepção de Risco							1.219***	1.199***
							(0.0736)	(0.0769)
Variáveis teste do Efeito Moderador								1.064
Favela								(0.111)
Vulnerabilidade Sociodemográfica								1.123
								(0.310)
Vulnerabilidade da residência								0.989
								(0.126)
Constante	0.0433***	0.0645***	0.0603***	0.0530***	0.0294***	0.0284***	0.0270***	0.0178***
	(0.00265)	(0.00515)	(0.00502)	(0.00445)	(0.00435)	(0.00447)	(0.00432)	(0.00384)
N	71,855	71,803	71,785	70,858	58,177	53,072	52,636	43,317

Fonte: PNV 2010-2012 () Erro Padrão *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1